



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 33ª reunião, realizada em 26 de junho de 2019

1 Em 26 de junho de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Antônio Augusto Melo Malard, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público: Pedro Oliveira de Sena Batista, da Secretaria
7 de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino
8 Superior (Sedectes); Ana Silvia Gama Pereira Barbosa, da Secretaria de Estado
9 de Educação (SEE); Newton de Carvalho Junior, da Secretaria de Estado de
10 Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da Fundação de Amparo à Pesquisa de
11 Minas Gerais (Fapemig); Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro
12 de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Juliana
13 Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de Conservação da
14 Biodiversidade (ICMBio). Representantes da sociedade civil: Wagner Soares
15 Costa, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos
16 Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
17 Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria
18 Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Lígia Vial Vasconcelos, da
19 Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo
20 Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Campus de Rio
21 Paranaíba; Gabriel Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e
22 Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL
23 BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
24 presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou aberta a 33ª reunião da
25 Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3)
26 COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro
27 Wagner Soares Costa: “A Fiemg estará promovendo na semana que vem, dias
28 3 e 4, a Semana da Produção e Consumo Sustentável. Nós queríamos convidar
29 a todos para estar presentes. Nós vamos estar discutindo lá a precificação do
30 carbono, a valoração da água, o tratamento térmico de resíduos, a prescrição
31 intercorrente e a lei geral do licenciamento ambiental. Nós esperamos todos
32 vocês lá para abrirmos um debate dentro da razoabilidade.” Presidente Antônio
33 Augusto Melo Malard: “Parabéns, mais uma vez, por esse evento. Eu já
34 participei tantas vezes, pela FEAM, inclusive como palestrante. Vale a pena a
35 participação.” **4) EXAME DA ATA DA 32ª REUNIÃO.** Aprovada por
36 unanimidade a ata da 32ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de

37 Áreas Protegidas, realizada em 29 de maio de 2019. **5) BOSQUE MODELO.**
38 **Apresentação: Instituto Estadual de Florestas.** Leonardo Diniz Reis Silva/IEF
39 fez apresentação à Câmara sobre bosque modelo. O conteúdo da exposição foi
40 disponibilizado no site da SEMAD. Em seguida, a Presidência registrou a
41 seguinte manifestação. Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Obrigado,
42 Leonardo, e parabéns pela liderança do projeto, ainda mais importante pelo fato
43 de Minas Gerais ser protagonista no Brasil. Então parabéns a você e a toda sua
44 equipe. Como vocês puderam ver, apesar de não existir uma legislação, uma
45 rigidez legal sobre o tema, esse tema já é tratado desde 2005 pela Rede Ibero-
46 Americana, agora Rede Latino-Americana, que, além de aprovar as criações,
47 acompanha de perto as ações executadas por cada um de seus membros. E
48 Minas Gerais está bem, apesar de ter um outro ponto ainda a se fazerem
49 ajustes, como o Leonardo falou, basicamente, em relação à Mata Atlântica. Mas
50 os ajustes já estão sendo realizados.” **6) AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO**
51 **SISEMA COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA NO**
52 **ESTADO DE MINAS GERAIS - CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DA**
53 **FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Apresentação: IEF/SEMAD.** Luis
54 Gabriel Menten Mendoza/SEMAD e Leonardo Diniz Reis Silva/IEF fizeram
55 apresentação à Câmara sobre as ações desenvolvidas pelo Sisema com vistas
56 à preservação do bioma Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais. O conteúdo
57 da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Presidente
58 Antônio Augusto Melo Malard: “Parabéns, Gabriel e Leonardo, pelas
59 apresentações. Como vocês viram, de fato, claro que nós reconhecemos que é
60 preciso avançar ainda mais na redução do desmatamento, mas inúmeras ações
61 estão sendo promovidas tanto pelo IEF quanto pela SEMAD. Um ponto
62 interessante de se apresentar, uma informação que o Gabriel trouxe, do Decreto
63 de Vegetação Nativa do Estado de Minas Gerais, de 0,4% no período de 2009 a
64 2018. Só que nesse ponto nós temos que considerar que uma série de áreas
65 que estão sendo recuperadas, principalmente em razão de compensações,
66 ainda não estão vegetadas. É claro que demanda um tempo de 5 a 10 anos
67 para isso acontecer. Então essa área, em breve, com certeza, terá um
68 acréscimo. Não haverá mais decréscimo tanto em razão das ações de
69 fiscalização quanto das ações de recuperação que estão sendo executadas no
70 decorrer dos anos.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Primeiramente, eu
71 gostaria de agradecer aos palestrantes. Primeiro, parabenizar. Eu acho que,
72 inegavelmente, principalmente na questão da fiscalização, em função da própria
73 tecnologia, tem melhorado muito no Estado. É claro que ainda precisa melhorar.
74 Nós sabemos que, não por uma razão de vontade do IEF, o Estado tem
75 cortado, de forma geral, muito recurso, inclusive da SEMAD, e isso acaba
76 afetando todas as áreas, inclusive a fiscalização. Mas sabemos que o IEF tem
77 feito tudo que pode – a SEMAD em geral – para fiscalização e sabemos que
78 melhorou muito. Eu acho que as ferramentas estão sendo muito bem utilizadas.
79 Quanto a isso, eu queria parabenizar e parabenizar também pelas ações de

80 melhoramento para conservação da Mata Atlântica. Mas eu até anotei umas
81 questões. Foi citado que hoje existe um grande remanescente ainda de
82 vegetação no Estado, de 3 milhões de hectares, mas acho que temos que ter
83 cuidado. É um grande remanescente em relação ao quê? Qual a cobertura
84 vegetal que existia no Estado? Hoje, o dado da Ufla, que já está defasado, diz
85 que nós temos 70% do território de Minas Gerais desmatados. Então restam de
86 vegetação nativa 30% do território. Isso é geral, de todos os biomas. Então essa
87 percentagem de Mata Atlântica que ainda é considerada alta, qual era do
88 território original de Mata Atlântica? Eu acho que isso é importante colocar
89 porque, como sabemos hoje, restam no país 6 a 7% do que existia de Mata
90 Atlântica originalmente. Daí a condição crítica do bioma, de extinção. Então é
91 difícil dizer que ainda resta grande remanescente de Mata Atlântica no Estado,
92 porque, em consideração ao que era do bioma originalmente, dizer que isso é
93 um grande remanescente eu acho que temos que ter cuidado na hora de
94 colocar esse dado. Outra coisa é que existe hoje muito artigo que fala sobre
95 isso, e eu acho importante colocar, quando você colocou, Malard, e hoje eu
96 concordo com você que diminuiu demais. Eu acho que é louvável. Na última vez
97 que Minas Gerais foi campeão de Mata Atlântica nós estávamos com 5 mil ou 6
98 mil hectares e caímos quase a metade. Eu acho que isso é importante. E hoje
99 grande parte disso é regularizada. Mas eu acho que existe um perigo nisso
100 porque, quando falamos que é regularizado, e está sendo compensado, eu acho
101 que há uma banalização de que o que é compensado pode. Então existe isso
102 dentro do licenciamento no país. 'Quando se compensa, pode'. E eu acho que,
103 quando se compensa, há perda de hectare da mesma forma. Então isso mostra,
104 inclusive, como nós somos campeões. Mesmo com o desmatamento sendo
105 regularizado, continuamos sendo campeões de desmatamento de Mata
106 Atlântica. Então eu coloco isso porque nós temos Estados, por exemplo, como
107 Rio de Janeiro e São Paulo, em que a proteção da Mata Atlântica e a redução
108 do desmatamento viraram política de Estado. Independente se é possível
109 desmatar ou não, é uma política de Estado a proteção da Mata Atlântica, seja
110 dentro do licenciamento, seja dentro da fiscalização. Então hoje não sei como
111 está dentro dos dados, mas na região metropolitana de Belo Horizonte tem
112 muito desmatamento de Mata Atlântica para implantação de parcelamento de
113 solo urbano, aprovado anteriormente à Lei da Mata Atlântica. São Paulo e Rio
114 de Janeiro, mesmo que seja aprovado anteriormente à Lei da Mata Atlântica,
115 não se autoriza mais parcelamento nem supressão de lote que tem a Mata
116 Atlântica em estágio médio ou avançado de regeneração. É uma política de
117 Estado hoje, é diferente, e Minas Gerais precisa disso. É uma política de Estado
118 para a proteção do bioma Mata Atlântica. Aqui, não, 'se há autorização da lei,
119 vamos desmatar'. Esse é um problema. Eu acho que Minas Gerais tem que
120 tratar isso como um ativo, nós precisamos defender a Mata Atlântica,
121 independente de ser autorizado por lei ou não. Nós precisamos entender que
122 isso é um ativo econômico para nós, estamos tratando de um bioma altamente

123 ameaçado de extinção. Ontem, saiu de novo dado de que existem menos de
124 300 indivíduos de onça-pintada no Brasil inteiro. Isso, para os pesquisadores,
125 está dizendo, para fins de conservação da espécie, já praticamente declarado
126 que ela vai ser extinta, porque muitas dessas espécies não conseguem mais
127 reproduzir, são inférteis, e a longo prazo, provavelmente, o animal está
128 condenado à extinção. Eu considero uma lástima, uma tristeza a perda de
129 biodiversidade também. Então eu acho que nós temos que considerar que,
130 como falamos aqui, Minas Gerais não tem uma política de Estado de proteção
131 de biodiversidade. E eu acho que para a Mata Atlântica isso fica muito evidente.
132 Com a questão da compensação, cabe lembrar ainda que muitas dessas
133 compensações hoje são feitas dentro das unidades de conservação, uma
134 viabilidade que, infelizmente, o Estado não cumpre a sua obrigação de destinar
135 recursos do Tesouro para regular as unidades. Então nós temos que lançar mão
136 desses instrumentos e usar as compensações para regularizar as unidades que
137 deveriam ser regularizadas com recursos do Tesouro. Ou seja, as
138 compensações são destinadas para as áreas que já estão, em tese, protegidas.
139 Aí diminui ainda mais o aumento de território, de área de conservação de Mata
140 Atlântica, que poderia estar sendo feito fora das unidades de conservação.
141 Então hoje ainda temos esse problema. O Ministério Público foi contra.
142 Particularmente, não é ser contra ou a favor, nós temos que realmente
143 conseguir resolver o problema da regularização fundiária das unidades, que
144 sabemos que é um problema grave. Então esse realmente é um mecanismo
145 importante. Mas por outro lado nós perdemos porque deixamos de aumentar as
146 áreas de compensação de Mata Atlântica que vão para dentro das unidades de
147 conservação. Uma pergunta que eu queria fazer para os palestrantes é a
148 questão de que estão dizendo que está sendo feito o mapeamento do bioma
149 Mata Atlântica, inclusive com estágio sucessional. Eu queria entender: está
150 sendo feito isso com estágio sucessional por imagem de satélite de toda a
151 região de Minas Gerais? Está indo a campo? Inclusive para a área de
152 ecossistema associado? Porque um problema grave que temos hoje é fazer
153 sucessão de área de campo rupestre, ecossistema de canga, geossistema
154 ferruginoso, que não temos regulamentação adequada para as áreas de
155 geossistema ferruginoso e campo rupestre, que são biomas associados a Mata
156 Atlântica. Nós usamos uma Resolução Conama que é totalmente inapropriada
157 para essas áreas. Então eu queria entender e queria saber até para entender
158 como está sendo feito esse mapeamento com o estágio sucessional, que são,
159 como ele disse, 3 milhões de hectares, uma área grande para se fazer estágio
160 sucessional de tudo. Se vocês puderem só me esclarecer essa dúvida. E, por
161 fim, foi colocado que estão sendo criados 4 mil hectares de unidade de
162 conservação, e eu queria só lembrar que isso, infelizmente, o Estado tem
163 adotado uma posição, em função da precariedade das unidades de
164 conservação, da regularização fundiária, até segunda ordem, de evitar criar
165 novas unidades de conservação. Para nós, é uma situação triste. Nós sabemos

166 que têm estudos no mundo inteiro que dizem que, no mínimo, o ideal é se ter
167 10% do território em unidades de conservação. No Brasil, não temos nem 2%
168 do território em unidade de conservação. Em Minas Gerais não temos nem 2%
169 do território em unidade de conservação. De 3 milhões de hectares de Mata
170 Atlântica, que ainda resta criar 4 mil hectares e, para 2019, mais 900. Eu acho
171 que não precisa nem dizer que é uma área extremamente pequena,
172 considerando a gravidade da extinção do bioma e da situação em que a Mata
173 Atlântica se encontra. Eu acho que é bastante incipiente. Hoje, avançou-se no
174 Congresso com a Lei da Mata Atlântica a muito custo, e nós estamos ainda
175 engatinhando na questão de preservação do Cerrado. Ele mesmo mostrou que
176 hoje o grande desmatamento está no Nordeste de Minas Gerais. Eu acho que o
177 que estamos fazendo é esperar o Cerrado entrar em uma situação crítica, para
178 depois começarmos a propor normas e regulamentação de uso do Cerrado. O
179 que é uma lástima. Nós sabemos que é a grande caixa d'água de Minas Gerais
180 e do país todo. Eu acho que o Estado devia avançar e começar a discutir
181 normas de uso e regulamentação de desmatamento do Cerrado. A Amda pediu
182 os dados de desmatamento, estamos vendo como analisar, mas nós já nos
183 deparamos com desmatamento de 300, 400 hectares de Cerrado sem um
184 estudo de fitofisionomia e de absolutamente nada. E de novo sem parâmetros
185 de estágios sucessionais. Então eu acho que realmente precisamos avançar
186 bastante ainda nessa questão de desmatamento do Cerrado antes que a gente
187 chegue a uma situação parecida com a de Mata Atlântica.” Conselheiro Carlos
188 Alberto Santos Oliveira: “Eu não sou especialista na Mata Atlântica, mas fui um
189 dos incentivadores para que o IEF trouxesse uma explanação do tipo que foi
190 feito aqui. Eu parabenizo tanto o órgão quanto os palestrantes. Mas a notícia
191 que nós temos da Mata Atlântica na imprensa é ‘Minas Gerais bate recorde de
192 desmatamento’. Então você pensa que está tudo ruim demais da conta, e as
193 coisas não são assim. Nós temos um trabalho fantástico do IEF, desenvolvido
194 ao longo de tantos anos e já conseguindo algum sucesso nos anos mais
195 recentes. E eu tenho que dar os parabéns novamente ao IEF. Nós precisamos
196 saber, Dr. Malard, da área de Mata Atlântica existente no Estado de Minas
197 Gerais. Com o desmatamento recorde, como foi publicado pela imprensa, o
198 desmatamento de 2018, quantos por cento do desmatamento representa em
199 relação à área total da Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais? Essa é uma
200 informação boa para ilustrar. Uma outra questão é a seguinte. Da área de Mata
201 Atlântica existente em Minas Gerais, quanto por cento de cobertura vegetal em
202 termos ambientais e de biodiversidade, tendo em vista que a lei é de 2006? Nós
203 conseguimos muitas coisas. Eu sinto muito falar para a representante da Angá
204 que a Universidade de Lavras tem umas informações diferentes a respeito da
205 cobertura da Mata Atlântica. Mas aí o órgão ambiental fica com o para casa. O
206 que tem de cobertura vegetal aceita em termos de proteção do meio ambiente e
207 de biodiversidade de um modo geral? E qual é, verdadeiramente, a área da
208 Mata Atlântica em Minas Gerais? Falou-se em 300 mil hectares, eu não sei

209 bem. Então essas perguntas são boas para clarear.” Presidente Antônio
210 Augusto Melo Malard: “Primeiramente, agradeço os elogios tanto do Carlos
211 Alberto quanto da Lígia. E também as considerações que foram apresentadas
212 são todas pertinentes e nos fazem refletir sobre as nossas ações. Eu vou
213 abordar alguns tempos e depois vou passar a palavra para os meus colegas do
214 IEF. Quando se colocou ‘o grande remanescente’, talvez ‘o grande’ não seja tão
215 apropriado assim, mas é o fato de que Minas Gerais possui um remanescente
216 muito maior do que os demais Estados União, são mais de 500 mil hectares
217 acima dos dois Estados seguintes que possuem o maior remanescente, que são
218 os Estados de São Paulo e Paraná. Inclusive, em relação a essa área, se eu
219 não me engano, são 2,8 milhões de hectares de Mata Atlântica, de
220 remanescentes. Essa informação está na apresentação, e nós vamos
221 disponibilizar para todos os senhores. É claro que o remanescente original é
222 muito superior ao que é hoje. Isso é fato. Agora, em relação aos outros Estados,
223 que têm políticas mais rigorosas, vamos dizer assim, é porque muitos deles
224 também não têm nem sequer o percentual mínimo de Mata Atlântica
225 remanescente, que são 5%. Não exatamente São Paulo, mas a maioria dos
226 Estados. Têm Estados que proíbem qualquer intervenção de Mata Atlântica,
227 Estados do Nordeste, onde praticamente não existe também mais
228 remanescentes de Mata Atlântica. No caso de Minas Gerais, nós temos a
229 permissão, prevista na legislação. Inclusive, os próprios setores nos questionam
230 muito por que adotamos aqui em Minas Gerais a compensação 2 para 1, sendo
231 que a legislação prevê 1 para 1. Então nós somos muito questionados,
232 inclusive, em relação a isso. E os próprios dados mostram que, inclusive, a
233 compensação é até superior a 2 para 1, gira em torno de 2,3 para 1. É claro que
234 nem toda compensação se dá na forma de recuperação, parte é feita com
235 regularização de unidade de conservação. Só que uma boa parte também é
236 utilizada para recuperação. Até trazendo uma informação para os senhores, em
237 breve, vamos começar a disponibilizar na IDE essas áreas de compensação
238 tanto para recuperação quanto para servidão e também para regularização
239 fundiária. Acredito que no máximo em três meses já tenhamos daqui para frente
240 e todo o passado. Eu acho que essa informação é importantíssima para dar
241 transparência e mostrar o que o Estado vem desenvolvendo. No caso das
242 criações de unidade de conservação, eu concordo plenamente, já conversamos
243 várias outras vezes. Aquilo é só uma previsão, são estudos que estão sendo
244 elaborados, isso não quer dizer, de fato, que as unidades de conservação serão
245 criadas. Porque não adianta criar unidade de conservação só no papel, unidade
246 de conservação precisa ser estruturada, senão ela vira só mais um registro,
247 onde não há, de fato, uma preservação significativa. Um ponto específico é
248 porque não houve recorde de desmatamento. Neste ano, os próprios dados
249 apresentam que houve um pequeno acréscimo em relação ao ano anterior. Só
250 que, em relação a 2016/2017, houve uma grande redução, de cerca de 60%.
251 Então o desmatamento recorde ocorreu mais para trás, inclusive, anterior a

252 2016. O que acontece é que, muitas vezes, a mídia, para vender uma notícia,
253 diz desmatamento recorde. Mas não houve isso. A apresentação deixou muito
254 claro que, em razão de uma série de ações, que também foram apresentadas, o
255 cenário está se mostrando mais positivo. Inclusive, na reunião em que eu estive
256 presente da SOS Mata Atlântica, onde estavam reunidos todos os secretários
257 pertencentes ao bioma, a própria SOS Mata Atlântica reconheceu os esforços
258 de Minas Gerais. Mas é claro, como eu disse anteriormente, eles também
259 falaram que são necessários avanços. E, claro, Minas Gerais reconhece, só que
260 os serviços foram mostrados, as ações estão sendo desenvolvidas, e a
261 tendência é que consigamos ainda resultados melhores.” Conselheiro Carlos
262 Alberto Santos Oliveira: “Você falou que o SOS Mata Atlântica reconhece o
263 trabalho que vem sendo feito em Minas Gerais, mas ele faz questão de ir para a
264 imprensa e falar que Minas Gerais é o recorde de desmatamento da Mata
265 Atlântica, de uma forma a denegrir tanto o Estado de Minas quanto os órgãos
266 ambientais. Eu não aceitaria da Mata Atlântica esse conhecimento.” Presidente
267 Antônio Augusto Melo Malard: “Mas eu acho que não é a SOS Mata Atlântica
268 que vai à mídia e fala. A SOS Mata Atlântica elaborou um relatório, que não traz
269 juízo de valor. A reunião, inclusive, foi muito transparente, em nenhum momento
270 houve aquela questão de se chamar atenção dos Estados. Ela fez um relatório,
271 e a mídia interpretou da maneira como queria. Nós tivemos o direito de resposta
272 e respondemos, só que muitas vezes o que colocamos não é mostrado, é
273 mostrado o que vende notícia.” Luis Gabriel Menten Mendoza/SEMAD: “Se eu
274 usei a palavra ‘grande’, peço desculpas, mas a intenção era demonstrar que a
275 área de remanescentes da Mata Atlântica é extensa em comparação aos outros
276 Estados. Nós temos próximo a 3 milhões de hectares, 2.829.026, segundo os
277 dados da SOS Mata Atlântica. E o que representa a supressão? O conselheiro
278 perguntou. Representa 0,01% em média da área que possuímos de
279 remanescentes. São dados da SOS Mata Atlântica. Sendo que permanece com
280 remanescentes de 10% da área do Estado que está contemplada pela Lei da
281 Mata Atlântica. Eu só queria chamar atenção que têm ainda algumas diferenças
282 entre os levantamentos que nós realizamos das supressões e daquilo que o
283 SOS Mata Atlântica considera como fragmento. O SOS Mata Atlântica
284 considera fragmento 3 hectares, e nós fazemos detecção de superação de 1
285 hectare, utilizando as imagens Sentinel com resolução espacial de 10 m. Além
286 das ações apresentadas no monitoramento contínuo, nós temos realizado
287 operações. Inclusive, uma operação que foi realizada há um mês, se não estou
288 enganado, em colaboração com o Ministério Público, Mata Atlântica Viva Fase
289 3, com apoio do Ibama, Polícia Militar e SEMAD, foi muito exitosa em detectar
290 grandes áreas de desmatamento e utilizando o método comando-controle,
291 justamente para inibir que o desmatamento ocorra. Então nós temos realizado
292 todas essas ações. Além dos dados do SOS Mata Atlântica, agora com o
293 lançamento do MapBiomias, nós iniciamos a avaliação dos dados e algumas
294 fiscalizações em campo do alerta MapBiomias, que já gera os laudos. Embora

295 no MapBiomias não se tenham utilizado os dados de supressões regulares que
296 existem. Só mais um elemento para discussão, o projeto que atualiza o Áreas
297 Prioritárias, o PSR, como o Leonardo indicou como um projeto importante para
298 a conservação, leva em consideração o geossistema da canga. Eu participei do
299 último workshop, junto com o pessoal do Prístino. Inclusive, foi uma colocação
300 deles, e agora o software vai rodar incluindo a área do geossistema da canga
301 do Vale do Peixe Bravo, que o Atlas do Prístino indicou.” Conselheiro Leonardo
302 Diniz Reis Silva/IEF: “A resposta com relação ao detalhamento do mapeamento
303 da cobertura vegetal eu vou ficar devendo agora. Basicamente, eu consigo falar
304 daquela parte que trouxemos do nível um pouco mais marco. Talvez para um
305 detalhamento mais completo fosse interessante ter um contato maior com o
306 pessoal que está trabalhando diretamente na fiscalização da entrega do
307 produto. Não sei se trazer para uma próxima apresentação o passar o contato
308 deles, avaliar isso, porque é um produto mais complexo. Talvez um momento
309 maior para eles detalharem seria mais interessante.” Conselheira Lúgia Vial
310 Vasconcelos: “Gabriel, só para eu entender. Você disse que hoje existem 10%
311 do que existia de Mata Atlântica?” Luis Gabriel Menten Mendoza/SEMAD: “A
312 informação que eu repassei é que o SOS Mata Atlântica detectou que existem
313 10% de remanescentes na área dos 47% do Estado que é abrangida pela lei.”
314 Conselheira Lúgia Vial Vasconcelos: “É essa informação que eu acho que é
315 importante colocar porque, quando citamos 3 milhões, parece que é muita
316 coisa. Mas essa informação é importante, Carlos Alberto, porque 0,01 parece
317 insignificante, mas nós desmatamos 90% da Mata Atlântica que tinha no
318 Estado. Então esses 10%, para sobrevivência do bioma a longo prazo, se não
319 mantivermos esses 10% intactos, a longo prazo, a Mata Atlântica não sobrevive,
320 porque precisa de fluxo gênico de fauna e flora e ela vai diminuindo, diminuindo.
321 Ou acreditamos nos pesquisadores de que é necessário mantê-la intacta ou
322 então vamos comendo as bordas dela, e aos poucos, a longo prazo, ela não vai
323 sobreviver. Apesar desse argumento de que Minas Gerais hoje é que tem maior
324 território de Mata Atlântica, para sobrevivência dela a longo prazo, inclusive para
325 os outros Estados, Minas Gerais mantê-la intacta é fundamental. Então não
326 podemos pensar assim ‘nós somos o Estado que mais tem Mata Atlântica,
327 podemos desmatar mais, e os outros Estados que preservem o deles’. Não, nós
328 somos um país, e Mata Atlântica não tem fronteira, nós precisamos manter a
329 nossa para conseguir preservar, inclusive, nos outros Estados. Porque os
330 animais, o fluxo gênico, transitam entre todos os Estados. Não tem fronteira.
331 Então é importante ressaltar isso para fins, inclusive, de criar uma política de
332 Estado para proteção de Mata Atlântica. Aí eu queria até fazer outra ressalva,
333 com relação à aplicação de 2 para 1. Só lembrar, como defensora de 2 para 1,
334 que é uma questão matemática. Nós discutimos isso muitos anos no COPAM, é
335 uma questão puramente matemática porque, se você tem duas áreas e desmata
336 uma e compensa com a outra somente, você perdeu uma área e fica em um
337 status muito pior. Então Minas Gerais adotou 2 para 1 para, pelo menos, tentar

338 continuar com remanescente de área igual. Então é uma questão muito mais
339 lógica do que simplesmente Minas Gerais estar adotando uma política muito
340 mais benéfica ao meio ambiente. Não é isso, é uma questão muito mais de pelo
341 menos tentar manter o status quo do que ser muito mais restritivo e penalizar o
342 empreendedor. Com relação ao mapeamento do solo, eu acho importante.
343 Depois vou até conversar com vocês. Às vezes chamamos esse pessoal que
344 está fazendo mapeamento de cobertura, porque eu acho interessante, inclusive,
345 essa questão da canga, porque é uma coisa que trazemos ao COPAM há muito
346 tempo, inclusive, de se fazer um zoneamento exclusivo para as áreas de canga.
347 Nós sabemos que hoje a atividade minerária no Quadrilátero está toda voltada
348 para essas áreas de canga. Não que não tenha que haver mineração, mas
349 temos que definir previamente onde pode haver e onde deveria ser preservado.
350 Eu acho que seria o melhor dos mundos, tanto para a atividade minerária
351 quanto para conservação, para não haver esse embate o tempo inteiro e para
352 tentar realmente desenvolver uma metodologia de estágio sucessional para
353 canga que hoje não tem, e ficamos adotando uma metodologia totalmente
354 inapropriada no Estado. Nós já tentamos fazer isso algumas vezes no COPAM,
355 mas não foi para frente. Eu acho que o Prístino realmente tem muito
356 conhecimento, e há outros pesquisadores que poderiam auxiliar o COPAM. Eu
357 acho interessante trazer isso para a CPB e que podemos discutir isso depois e
358 talvez montar um grupo de trabalho. Eu agradeço pelos esclarecimentos. E só
359 lembrar que não é uma coisa específica deste governo. Eu faço crítica, mas
360 acho que é uma política de Estado que vem sempre. Eu faço uma crítica à
361 política de Estado como o Estado inteiro, não é nada direcionado a vocês nem
362 aos técnicos, especificamente. Nós sabemos do esforço do IEF e que não é
363 uma coisa limitada a pessoas, mas como uma política de Estado.” Presidente
364 Antônio Augusto Melo Malard: “Em relação à Resolução, que realmente não é a
365 melhor a ser adotada para os campos ferruginosos, nós precisamos avançar
366 nisso e já vimos trabalhando. É claro que é preciso intensificar, mas existe o
367 momento oportuno, e vamos trazer para cá. Mas já podemos também iniciar
368 essas discussões. Em relação ao mapeamento, eu sugiro aguardarmos a
369 finalização do mapeamento da cobertura vegetal e também do PSC. E logo em
370 seguida trazemos as apresentações para esta Câmara, assim como para as
371 outras Câmaras do COPAM. Eu acho importante todas as Câmaras terem
372 conhecimento dessas ações que estão sendo desenvolvidas pelo Sisema.”
373 Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Eu tenho uma pergunta, mas sei
374 parcialmente a resposta. Nessa operação que foi feita em conjunto, pelo
375 Estado, o Ibama participou, eu sei que a maior parte das autuações em área de
376 desmate de floresta – eu nem chamo mais de Mata Atlântica, mas floresta
377 estacional semidecidual em estágio inicial, médio ou avançado – são em áreas
378 para plantio de eucalipto. Eu acho que isso é uma coisa que tem que ser
379 revista, e talvez a própria Faemg possa trabalhar nisso junto aos produtores.
380 Por que isso tem acontecido com frequência? Porque, na verdade, pelo que se

381 percebe – as nossas equipes de campo constataram isso –, o agricultor, o
382 proprietário que faz isso está dando um tiro no pé, porque ele vai ficar sem
383 água. Eles desmatam áreas de recarga de aquífero e perdem seus mananciais
384 de água. Em determinadas situações, isso foi verificado. ‘É porque eu não tenho
385 mais água aqui’. ‘Não tem água porque você simplesmente tirou tudo’. E tirou
386 para fazer o plantio, precisa plantar, tem a atividade de produtor para fazer. Mas
387 eu acho que ainda está muito incipiente isso, entendo que não estamos
388 trabalhando em conjunto. Mesmo os órgãos, por exemplo, da área ambiental
389 que respondem pelo comando-controle trabalham em separado das instituições
390 que representam a área produtiva. Nós temos que trabalhar em conjunto. Agora,
391 só uma retificação. O Estado de Minas Gerais faz 2 para 1, mas existem
392 Estados que fazem, por exemplo, até 5 para 1. Um exemplo é o Rio Grande do
393 Sul. Em determinadas medidas compensatórias, a exigência foi de 5 para 1.
394 Isso depende de uma coisa muito clássica, o PDT, o parecer discricionário do
395 técnico, ou seja, ele entendeu, pela importância daquele remanescente, que
396 deveria ser 5 para 1, e foi mantido isso. Então eu acho que é uma coisa em que
397 precisamos caminhar bastante em relação a isso.” Luis Gabriel Menten
398 Mendoza/SEMAD: “Eu não tenho os dados da operação em mãos para dizer
399 com clareza. É possível que essa detecção que o Ibama tenha feito foi porque,
400 na hora da divisão dos alvos dessa operação em específico, a maior parte das
401 áreas que o Ibama visitou foi de áreas embargadas pelo próprio Ibama. Então
402 vocês já viram a situação já consolidada e, possivelmente, no que diz respeito
403 ao embargo e à implementação da silvicultura, como você disse. Mas os dados,
404 de maneira geral, eu não tenho aqui. A nossa equipe ficou mais em áreas em
405 que as supressões eram mais recentes. Inclusive, nós pegamos o rendimento
406 lenhoso, a madeira ainda no chão. Infelizmente, eu não tenho esse dado agora,
407 e me disponho a pegá-los depois ele trazer, se for o caso.” Presidente Antônio
408 Augusto Melo Malard: “Conselheiro Junio, o Rio de Janeiro, por exemplo, faz até
409 25 para 1, inclusive. Só que vamos lembrar também que lá não tem
410 remanescente nenhum mesmo. Agora, em relação à discricionariedade, é
411 importante para o técnico, mas precisa ser efetuada com critérios. Então o
412 técnico também quando bem entender falar que é 5 para 1 ou 10, eu não vejo
413 isso de forma muito adequada. São necessários critérios técnicos para se
414 chegar a isso, desde que previsto na legislação.” **7) PROCESSOS**
415 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
416 **CONFORME POA 2019. 7.1) Gerdau Açominas S/A. Siderurgia e elaboração**
417 **de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa.**
418 **Ouro Branco/MG. PA 00040/1979/074/2008. Classe 6. Apresentação:**
419 **GCA/IEF. Processo retirado de pauta com pedido de vista de Fiemg e**
420 **Sindiextra. 7.2) Gerdau Açominas S/A. Produção de laminados e trefilados**
421 **de qualquer tipo de aço, com tratamento químico superficial. PA**
422 **00040/1979/083/2012; produção de laminados e trefilados de qualquer tipo**
423 **de aço, sem tratamento químico superficial. PA 00040/1979/069/2007 e PA**

424 **00040/1979/087/2013. Ouro Branco/MG. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.**
425 **Processo retirado de pauta com pedido de vista de Fiemg e Sindextra. 7.3)**
426 **Ferro + Mineração S/A. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com**
427 **tratamento a seco, minério de ferro, pilhas de rejeito/estéril.**
428 **Congonhas/MG. PA 23045/2010/003/2014, DNPM 833.368/2010. Classe 6.**
429 **Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade**
430 **nos termos do Parecer Único. 7.4) Ferro + Mineração S/A. Estradas para**
431 **transporte de minério/estéril, lavra a céu aberto com tratamento a úmido,**
432 **minério de ferro, pilhas de rejeito/estéril, unidade de tratamento de**
433 **minerais UTM. Ouro Preto/MG. PA 03886/2007/015/2014, DNPM 2700/1936.**
434 **Classe 6. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por**
435 **unanimidade nos termos do Parecer Único. 7.5) Mineração Belocal Ltda.**
436 **Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem**
437 **tratamento, estradas para transporte de minério/estéril, pilhas de**
438 **rejeito/estéril. São José da Lapa/MG. PA 00046/2000/011/2014, DNPM**
439 **930.903/1981. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental**
440 **aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 7.6) Imerys do Brasil**
441 **Comércio de Extração de Minérios Ltda. Lavra a céu aberto ou subterrânea**
442 **em áreas cársticas com ou sem tratamento. Pains/MG. PA**
443 **00848/2006/001/2013, DNPM 831.609/1984. Classe 3. Apresentação:**
444 **GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do**
445 **Parecer Único. 7.7) Mineral Brasil Pesquisas e Desenvolvimento Ltda.**
446 **Pesquisa mineral de minerais metálicos com supressão de vegetação**
447 **nativa secundária pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágios médio**
448 **e avançado de regeneração, quando envolver o emprego de Guia de**
449 **Utilização expedida pelo DNPM. Seritinga/MG. PA 03232/2016/002/2016,**
450 **DNPM 833.536/2011. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
451 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 7.8) Viena**
452 **Fazendas Reunidas Ltda. Silvicultura e produção de carvão vegetal,**
453 **oriunda de floresta plantada. Rubelita/MG. PA 13359/2010/005/2015 e**
454 **13359/2010/006/2018. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
455 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 7.9) Vale**
456 **S/A. Complexo de Itabira. Alteamento da Barragem de Rejeitos Itabiruçu**
457 **elevação 850 m. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Itabira/MG.**
458 **PA 00119/1986/111/2014, DNPM 930.641/1989. Classe 6. Apresentação:**
459 **GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do**
460 **Parecer Único. Registrada retificação pela área técnica do IEF: onde está**
461 **escrito “VCL”, lê-se “Valor de Referência”, considerando ter sido apresentado**
462 **“Valor de Referência e não balanço patrimonial”. 8) PROCESSOS**
463 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
464 **DECORRENTES DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA**
465 **PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 8.1) Jardinaves**

466 **Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Nova Lima/MG. PA**
467 **09010001005/18. Licenciado pelo Codema de Nova Lima. Apresentação:**
468 **Escritório Regional Metropolitana/IEF. Compensação ambiental aprovada por**
469 **unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção da Angá. 8.2) SPE**
470 **Neo Rio Solimões Incorporações Ltda. Loteamento Reserva da Mata.**
471 **Betim/MG. PA 09010001540/15. Sem AAF. Classe Não passível. Escritório**
472 **Regional Centro Centro-Sul/IEF. Compensação ambiental aprovada por**
473 **unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção da Angá. 8.3) Vale**
474 **S/A. Complexo Mariana. Mina de Alegria. Fábrica Nova. Lavra a céu aberto**
475 **sem tratamento ou com tratamento a seco. Minério de ferro. Mariana/MG.**
476 **PA 00182/1987/101/2015. Classe 5. Apresentação: Suppri. Compensação**
477 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 9)**
478 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA CRIAÇÃO DE RESERVA**
479 **PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN PARA ANÁLISE,**
480 **DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO IX DO**
481 **DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 9.1) RPPN Vivert Reserva da Mata.**
482 **Proprietário: TOP Empreendimentos e Incorporações Ltda. Área proposta:**
483 **37,6944 ha. Bom Sucesso/MG. PA 1300000025/18. Apresentação:**
484 **GCUC/IEF. Aprovada por unanimidade a criação da RPPN nos termos do**
485 **parecer do IEF. 10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
486 **AMPLIAÇÃO DA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL -**
487 **RPPN CAPOEIRA DO BOI. Proprietário: Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.**
488 **Área proposta: 45,9794 ha. Uberaba/MG. PA 06000001371/18.**
489 **Apresentação: GCUC/IEF. Aprovada por unanimidade a ampliação da RPPN**
490 **nos termos do parecer do IEF. 11) ENCERRAMENTO. Não havendo outros**
491 **assuntos a serem tratados, o presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou**
492 **encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.**

APROVAÇÃO DA ATA

498 **Antônio Augusto Melo Malard**
499 **Presidente da Câmara de Proteção à**
500 **Biodiversidade e de Áreas Protegidas**